

Metáforas e analogias sobre o Negro no Brasil

Claudia Gaziolli Somma Jacinto
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo¹

Resumo:

Este artigo analisa aspectos do processo de exclusão a que ficam submetidos os libertos da escravidão em fins do século XIX no Brasil. Esta reflexão é elaborada a partir das evidências dos preconceitos vigentes na sociedade brasileira, baseados nos registros de alienistas e médicos paulistas que, juntamente com o poder público, assumem os ideais de uma sociedade "moderna" e "civilizada", adotada pelos grupos dominantes e que formavam opinião pública na época. O processo de reurbanização pelo qual a cidade de São Paulo passa no final do século XIX redistribui espacialmente a população paulista e, neste contexto, em que cada um passa a ocupar um lugar correspondente à sua condição social, o ex-escravo que na condição anterior era reconhecido como um de seus integrantes, agora livre, deixara seu lugar de pertencimento passando à condição de exclusão e a existir sem ser visto e integrando o imaginário popular através de metáforas e analogias.

Palavras-chave: Reurbanização – Escravo - Metáfora

Abstract:

This article analyzes aspects of the exclusion process that are submitted the freed slaves in ends of century XIX in Brazil. This reflection is elaborated from the evidences of the effective preconceptions in the Brazilian society of the time based in the registers of alienists and doctors who together with the public power increase the ideals of a "modern" and "civilized" society, adopted for the dominant groups and that they formed public opinion. The end of century XIX process re-urbanization redistributed the São Paulo population, where now each

¹ Mestranda, bolsista da CAPES.

one would occupy its place and the former-slave who under the enslaved condition belonged to this society, now it exempts would leave its place of belonging for then being excluded and to exist without being seen, however it remains in popular imaginary through of metaphors and analogies.

Key-words: Re-Urbanization - Slave - Metaphors

Entre 1880 e 1890 dois fatores foram fundamentais para acelerar o processo da abolição no Brasil: o tributo sobre o tráfico interprovincial e a política imigrantista. Além disto, a ocorrência de fugas em massa e várias revoltas efetuadas pelos escravos nesse período dificultavam a sustentação de um sistema que já havia entrado em decadência. São Paulo é a província que vai se destacar nesse momento tanto no processo abolicionista como no processo de incentivo à imigração pela produção do café, alavancando a economia, constituindo o centro econômico do país através da representação dos barões do café.

O processo de imigração foi uma medida do governo do final do século XIX, iniciado em 1870, que pretendeu, recebendo incentivo do Governo Geral, incorporar à sociedade, mão-de-obra qualificada e assalariada, no interior de um ideário que pleiteava o branqueamento da Nação enquanto fator determinante para um progresso comparável aos moldes europeus. Havia a necessidade de progresso e o padrão almejado, sem dúvida, era o europeu o que determinava mão-de-obra assalariada e experiente para o trabalho na indústria e no campo.

Neste contexto buscam construir a imagem de um trabalhador nacional e segundo discussões realizadas por ocasião de um debate realizado durante o Congresso Agrícola de 1878, uma das funções dos imigrantes era a de servir de modelo como trabalhador. Segundo esse ideário o escravo não estaria preparado para migrar da sua antiga condição de trabalho para uma atividade remunerada, (mesmo que esta atividade fosse a mesma - agricultura) quanto mais a uma atividade especializada como o trabalho na indústria. A economia era baseada nos moldes típicos do latifúndio colonial. *“Juridicamente, o país era independente, novas possibilidades se abriam para a economia, mas a cultura do café se organizava ainda nos moldes colônias, e com ela se prolongava o sistema escravista.* (COSTA, 1989: 66)

Se trabalhar nas fazendas era estar na condição de escravo, enquanto livres passam a ser caracterizados como vadios e ociosos, tendo a preguiça como vocação. Como podemos observar na fala de um integrante do já citado congresso.

Finalmente, considerando o questionário a respeito dos ingênuos [nascidos de ventre livre] entendemos que a lavoura não pôde contar com elles, não só pela indolência herdada dos escravos e nacionaes, como porque em geral os libertos preferem o mercantilismo.

Além disso, cumpre observar que os ingênuos só poderão prestar serviços reaes á lavoura depois de oito annos decorridos desta data, e portanto só em 1886 estarão elles aptos para prestar taes serviços. (CONGRESSO, 1878: 76)

Sendo assim, o escravo não estava classificado para trabalhar na lavoura como homem livre, por apresentar uma indolência característica da raça e agora, na qualidade de trabalhador livre jamais poderia ser punido com castigos por não realizar de forma adequada seu trabalho. Restavam então, os ingênuos, nascidos de ventre livre, que através de

um fundo de auxilio à lavoura e verbas especiaes do orçamento geral, se deverá crear um edificio apropriado, onde se instituirá uma escola pratica de agricultura racional, afim de receber os ingênuos, crial-os e applical-os, até que attinjam á idade de 21 annos, podendo elles depois desse prazo matricular-se no corpo de lavradores. (CONGRESSO, 1878: 45).

Tais ingênuos precisavam primeiro se especializar, o que demoraria muito, o que, por um lado era criticado porque acarretaria gastos elevados para o governo e, por outro, tal alternativa não era viável para suprir a necessidade de mão de obra da indústria e da lavoura. Fica claro que a única saída seria, portanto a imigração que traria, na figura do imigrante, o modelo ideal de trabalhador assalariado que o Brasil precisava e com urgência. Ao mesmo tempo, o imigrante traria consigo o “processo civilizador” tão almejado pelas elites brasileira e paulista em particular, e conseqüentemente estes escravos, agora libertos, não teriam lugar nesse contexto em formação.

“O trabalho livre [trazido pelo imigrante], dissipando os últimos vestígios da escravidão, abrirá o nosso paiz á immigração Europeia; será o annuncio de uma transformação viril, e far-nos ha entrar no caminho do crescimento organico e portanto homogenio”. (NABUCO, 1988: 160)

Expropriado de sua cultura e trabalho, o negro que na condição de homem, supostamente estaria em igualdade com o trabalhador branco, se vê também expropriado deste novo universo de trabalho. Enquanto escravo sua função de lavrador era apreciada

por seus patrões e donos, agora sob a condição de homem livre sua força de trabalho se tornou inviável tornando-o inepto para qualquer atividade remunerada que necessitasse de qualificação, restando-lhe apenas atividades domésticas e de menor importância. E mais, na qualidade de liberto passará a ser considerado “um caso de polícia”, pois, segundo a lei:

§ 7. qualquer liberto encontrado sem ocupação será obrigado a empregar-se ou a contratar seus serviços no prazo que for marcado pela polícia.

§ 18. Terminado o prazo, sem que o liberto mostre ter cumprido a determinação da polícia será por esta enviado ao juiz de orfãos, que o constrangerá a celebrar contrato de locação de serviços, sob pena de 15 dias de prisão. (LEI, 1885)

Assim, se por um lado o empregador não o considera apto, por outro a lei o considera culpado por não encontrar ocupação, justificando em lei, o que acreditavam ser problema da raça – a indolência. Diante desse afunilamento social o negro agora passaria a existir sem ser visto.

No final do século a província de São Paulo experimentava um crescimento vertiginoso e neste cenário se destacava o desenvolvimento urbano de sua capital. Para se ter uma idéia, em 1895 a população de São Paulo era de 130 mil habitantes (dos quais 71 mil eram estrangeiros), chegando a 239.820 em 1900. Tal crescimento, embora desordenado, exigiu dos poderes públicos alguns investimentos para fazer face às demandas desta complexização urbana: instala-se linhas de bonde, energia elétrica, reservatórios de água, iluminação a gás. Os principais investimentos urbanos que vão configurar uma nova fisionomia à cidade indicam o objetivo de ligar espaços urbanos cada vez mais distantes. Neste sentido, abre-se a Avenida Paulista (1891) enquanto a construção do Viaduto do Chá (1892), promove a ligação do "centro velho" com a "cidade nova", acompanhada em 1901 pela construção da nova estação da São Paulo Railway, a notável Estação da Luz. O centro financeiro da cidade se separa de seu centro histórico (região chamada de "Triângulo Histórico") para áreas mais ao Oeste. O Vale de Anhangabaú é coberto de jardins e a região do outro lado do rio passa a ser conhecida como Centro Novo. As melhorias realizadas na cidade por administradores como João Teodoro e Antônio Prado contribuem para o clima de desenvolvimento.

Próximos às indústrias que se expandem surgem os bairros habitados por operários, nas várzeas e terrenos alagadiços, alguns dos quais planejados e cuja aquisição era facilitada pelo poder público, para os imigrantes. Neste quadro, os libertos, agora

reconhecidos apenas como “negros” vão compor os cortiços que grassam na cidade entupida de trabalhadores pobres dentre os quais serão os mais excluídos.

Conforme Raquel Rolnik, *“a face urbana desse processo é uma espécie de projeto de ‘limpeza’ da cidade, baseado na construção de um modelo urbanístico e de sua imposição através da intervenção de um poder municipal recém-criado”* (ROLNIK, 1989: 32). Através de um conjunto de leis, normas e decretos que regulamentaram o espaço urbano, a arquitetura e o urbanismo da cidade vão ganhando novos ares, mais próximos do que representaria uma cidade européia e republicana, deixando encoberto seu passado escravista.

A exemplo de Belle Époque carioca, lugares como a Villa Buarque, Higienópolis e Av. Paulista, consolidam-se como territórios da aristocracia com bonde à porta, água, calçamento e luz nas ruas. Caminhando para longe da concentração popular, os cortiços ou vilas higiênicas eram construídos nas periferias dos centros urbanos (ROLNIK). A malha urbana vai se expandindo e embora haja, por parte das autoridades, a imposição de viver nos lugares pré-determinados, observa-se áreas de *“concentração de certos grupos étnicos ... criando um ambiente especial. A região do Lavapés, assim como os cortiços da Sé, continuaram sendo bairros negros, como resultado da expansão e consolidação dos núcleos já existentes em meados do século XIX”*. (ROLNIK, 1997: 75,76.)

Com este processo de reurbanização paulista que redistribui a população, a cidade aspira ter uma nova aparência: a do branco, rico e comerciante. Os negros forros e pobres e os brancos pobres seriam empurrados para as zonas periféricas da cidade, trazendo a ilusão de que agora a cidade tornara-se finalmente branca e “civilizada”.

Neste cenário perpetuam-se vários dos estigmas que carregou estes indivíduos durante o período de cativo, pois sua liberdade legalizada além de não melhorar sua condição, tão pouco o preparou para esta nova forma de vida, sendo-lhe atribuídos novos estigmas que agora o desqualificam como cidadão pertencente a uma nação da qual, embora já fizesse parte, na prática não lhe reconhecia direitos.

Seus atributos como trabalhador - na qualidade de escravo – haviam servido aos proprietários de terra e comerciantes de forma satisfatória. Contudo, a partir do momento em que passa à condição de disputar em igualdade de condições (pelo menos legalmente) no mercado de trabalho, sua capacidade é colocada em dúvida, iniciando-se assim, para estes sujeitos, uma nova etapa, na qual teria que vencer os pré-conceitos quanto à sua

capacitação e, mais que isto, provar até mesmo que era parte integrante do meio em que vivia.

A ciência terá um papel importante na propagação e justificação destas idéias, pois se antes acreditavam que os negros eram inferiores em habilidades e conhecimento, agora poderiam provar cientificamente que eram inferiores. Não levou muito tempo para que, com a difusão destas idéias, o negro fosse estigmatizado como homem em estágio menos evoluído do processo e, portanto, considerado inferior, sobretudo se comparado ao branco europeu, descobridor do processo evolutivo humano, colocado no patamar mais elevado das raças humanas. O final do século XIX será então, o palco definidor destas questões em todos os sentidos (cultural, intelectual, social e humano).

O afã de estar inserido no contexto europeu sedimenta a necessidade da construção de um corpo físico e psicológico que incorporasse o sentido de nacionalidade. A formação do brasileiro deveria ser edificada de forma que o passado colonial e escravista fosse diluído, cedendo espaço para um futuro construído por uma nova raça forte e, sobretudo brasileira. Havia a necessidade de se modelar o corpo social e nele, o elemento negro e indígena eram considerados obstáculos para a formação deste corpo saudável, e estes, ao longo dos anos, passam a ser reconhecidos apenas por metáforas que impediram de ver sua verdadeira e significativa contribuição para o elemento nacional, formador da personalidade brasileira. (LENHARO, 1985). “Indolência característica da raça, serviço de branco”, são apenas alguns dos exemplos de expressões utilizadas no dia-a-dia, que fazem parte do vocabulário e que, portanto integram uma cultura, herança de um passado colonial que colocava cada um no seu devido lugar e que tudo aquilo que se refere à negatividade, vem sempre associada ou nos remete à imagem negativa que temos dos negros. Essa associação faz parte do cotidiano da população e muitas vezes observamos negros proferindo tais recursos, sem que se dêem conta da raiz de seu significado.

A inferioridade foi solidificada em fins do século XIX, apoiada na ciência empírica justificadora da escravidão, numa época em que a razão consolidou a supremacia da humanidade através do desenvolvimento tecnológico. O chamado elemento civilizador, calcado nesta “razão”, justificaria toda e qualquer manifestação de superioridade apoiada pela Igreja, pelo Estado e pela Ciência.

De acordo com Kabengele Munanga,

O racismo é um fenômeno que tem uma história conhecida, inventariaria, que tem um lugar de origem, um fenômeno ligado ‘a história da cultura e da civilização ocidental, que nós podemos situar a partir do século XVIII e início do século XIX. Visto como uma ideologia racista não é um fenômeno universal, pois tem uma história conhecida e situada na civilização ocidental. Esta ideologia utiliza,

necessariamente, argumentos emprestados a uma biologia falsificada. É preciso distinguir a ideologia racista intelectual estruturada, do racismo corrente e ordinário, dos simples utilizadores que podem ignorar a biologia, da mesma maneira que qualquer um pode falar corretamente uma língua, embora ignorando a gramática e a lingüística (...) A ideologia racista é um sistema perceptivo essencialista, fundamentado no sincretismo do fato sociológico com o fato biológico. (MUNANGA, 1998: 47)

Munanga acrescenta que dois tipos de racismo se configuram: de exploração (relaciona-se à desigualdade e, no Brasil, legitima-se na colonização) e de extermínio (praticado durante a Segunda Guerra Mundial na qual o judeu era considerado uma ameaça, portanto deveria ser eliminado). O racismo se tornou uma doutrina filosófica e científica assumida pela sociedade brasileira resultando numa conduta comportamental.

A partir do momento em que uma pessoa, que já tinha disposições preconceituosas, lê um livro e encontra nele a idéia das raças hierarquizadas em superiores e inferiores e a afirmação de que existe uma relação entre inteligência, cultura e herança genética, esta pessoa simplesmente vai legitimar, a partir desta doutrina, os preconceitos que já tinha na cabeça. (MUNANGA, 1998: 47, 48)

A transformação de valores do período favorecerá justificativas plausíveis para um etnocentrismo marcante. O “ser diferente” estaria assumindo agora uma nova forma de ser percebido, em outras palavras: o *outro* adquiriria uma nova roupagem que apenas certificaria sua condição, persistindo o mito de inferioridade (agora não mais em bases religiosas, mas científicas).

Uma nova realidade se forma e o negro está inserido nela como principal elemento, cuja inferioridade é o que sustentaria tais idéias. A reorganização social (estabelecendo novos valores) interferiu na realidade através da crença do novo discurso que se estabelecia, reorganizando o imaginário social, transformando a realidade (ou criando uma realidade paralela que com o passar do tempo fosse intensificada pela persistência do discurso empírico etnocêntrico, justificando a conduta da sociedade). Este discurso é facilmente incorporado pela elite brasileira que abraça o evolucionismo como forma de transformar a sociedade para alcançar os padrões civilizatórios determinados pela “superioridade” européia. Assim, ao término da escravidão a presença do negro (degradante) denotaria uma sociedade atrasada e, portanto fora dos padrões. Com a miscigenação, o branqueamento se daria de forma natural, prevalecendo cientificamente o mais inteligente (branco), desaparecendo o elemento menos inteligente (negro). A miscigenação formaria uma raça pura, mais forte, pela eliminação gradativa do supostamente mais fraco. Como podemos observar na tabela que segue:

1 branco com uma negra produz mulato
Metade branco, metade negro
1 branco com um mulato produz quartão
Trez quarto branco, e um quarto negro
1 branco com um quartão produz oitão
7/8 brancos e 1/8 negro
1 branco com uma oitona produz branco
Inteiraente branco². (FREYRE, 1951: 998)

O estigma de inferioridade imputado ao negro acaba por influenciá-lo e este passa a acreditar nesta suposta inferioridade. Absorve os preconceitos e passa ele também a ser um formador de opinião pública, enxergando a si e aos seus semelhantes como exceção dentro de um universo miscigenado - como é o caso da sociedade brasileira -, não encontrando o seu espaço.

O mito cria raízes no inconsciente coletivo e mesmo que não apresente mais a pigmentação escura em sua pele, suas raízes, sua hereditariedade, seu sangue condenaria sua condição familiar mesmo que distante.

Neste caso o mesmo sangue que possibilita a vida e a existência do ser humano – o sangue -, o impregua de forma a decretar sua morte para a sociedade, tornando-se mais um fator, subjetivo, de exclusão social.

(...) Não lhe dou minha filha, porque o senhor é indigno della, o senhor é filho de uma escrava! Se me dissessem: É porque é pobre! Que diabo! – eu trabalharia! Se me dissessem: É porque não tem uma posição social! Juro-te que a conquistaria, fosse como fosse! É porque é um infame! Um ladrão! Um miserável! Eu me comprometteria a fazer de mim o melhor modelo dos homens de bem! Mas um ex-escravo, um filho de negra um – mulato! – E, como hei de transformar todo meu sangue, gota por gota? Como hei de apagar a minha história da lembrança de esta gente que me detesta?³ (AZEVEDO, s.d: 294).

Com o auxílio da ciência e a tentativa empírica de transformar as diferenças em sistemas complexos eugênicos, o negro se tornou o ponto mais vulnerável passando a fazer parte de estudos, os mais complexos na tentativa de se provar sua inferioridade. Cientificamente comprova-se então a inferioridade do ex-escravo de forma que este não deveria e nem poderia inserir-se no contexto nacional branco, ariano e caucasiano.

O estereótipo do negro o condenaria à sua eterna inferioridade porque lhe foi inculcada a idéia de que não tinha condições físicas e mentais para adquirir a inteligência que

² Sistematização de Robertson que Raymundo José de Souza Gayoso descreve sobre a população maranhense e que Gilberto Freyre coloca em sua obra "Sobrados e Mucambos".

³ Esta parte do romance, O Mulato, se refere à explicação que o personagem Raymundo dá a sua amada desabafando por não poder desposá-la de forma tradicional imposta pela sociedade do final do século XIX. Seu desabafo apesar de estar contido numa obra de ficção retrata com clareza a forma de pensar de uma sociedade burguesa brasileira de fim de século, que não aceita a integração do negro ou mulato como parte de sua família.

era desejada. O estereótipo físico passa a ser fator explicativo de capacidade e inteligência. (SANTOS, 2002), conforme fica muito claro no manual para artistas, publicado por Jacques Montaber em 1837, onde consta a seguinte classificação de branco/negro:

O branco é símbolo da divindade ou de Deus. O negro é o símbolo do espírito do mal e do demônio.
O branco é símbolo da luz...
O negro é símbolo das trevas, e as trevas exprimem simbolicamente o mal.
O branco é o emblema da harmonia.
O negro, o emblema do caos.
O branco significa a beleza suprema.
O negro a feiúra.
O branco significa a perfeição.
O negro significa o vício.
O branco é o símbolo da inocência.
O negro, da culpabilidade, do pecado ou da degradação moral.
O branco, cor sublime, indica a felicidade.
O negro, cor nefasta, indica a tristeza.
O combate do bem contra o mal é indicado simplesmente pela oposição do negro colocado perto do branco.⁴ (FREYRE, 1951: 986).

A caracterização de uma pessoa através da cor fica assim, ligada às suas qualidades como indivíduo, atribuindo características à sua personalidade. A cor da pele, que tanto influencia no julgamento de uma raça, fica diretamente ligada às questões culturais que são manipuladas por uma minoria que determina todos os espaços e condutas da sociedade, consolidando-se a imagem do *outro*, empanando-se com isto, sua visibilidade sub-sumida que fica pelos estereótipos pré-conceituosos..

Através da arte, ciência e literatura o negro adquire no imaginário popular formas e significados que o caracterizam, reforçando o mito de sua inferioridade que perpetua até nossos dias. Essa caracterização adquire força no inconsciente humano que a retém de forma a buscar tais referências quando necessário (DAVIS, 1994).

A padronização do negro como uma única tribo vinda da África, o que apresenta características físicas menos delicadas, faz parte da construção deste imaginário destinado a descaracterizar e enfraquecer o negro de forma que este não consegue identificar-se com o seu semelhante. O mais lamentável de tudo, é que este, ao se sentir pressionado por toda uma sociedade, cede e passa a desprezar sua própria cultura e suas raízes acreditando que

⁴ *"Vários os mulatos e as mulatas alvas e bonitas, de estrutura alta, de dentes perfeitos, mãos e pés bem feitos mas os braços compridos. Talvez compridos demais em relação ao corpo, o que viria comprovar a idéia de assimetria do mestiço, particularmente do mulato, sustentada por alguns antropologistas, entre outros Davenport".* (grifo meu). FREYRE, Gilberto. *Sobrados e Mucambos: decadência do patriarca rural e desenvolvimento urbano*. Livraria José Olympio Editora: Rio de Janeiro, 1951. 3º Volume. p 986
"Raymundo tinha 26 anos e seria um typo acabado de brasileiro, se não foram os grandes olhos azues, que puxara do pae. Cabellos muito pretos, lustrosos, tez morena e amulatada, mas fina; dentes claros que reluziam sob a negrura do bigode". (grifo meu). AZEVEDO, Aluizio. *O Mulato*. 5ª edição. Rio de Janeiro: Livraria Garnier, s.d. pp. 47, 48

a mistura o eleve ao status social deixando de ser negro. Enquanto isso o branco buscaria na sua alma e no seu sangue a sua verdadeira descendência relegando outro a uma sub-condição.⁵

Levando-se em conta este processo de conhecimento podemos concluir que o mito age da mesma maneira em nossas mentes. Colocando o negro como objeto de nosso conhecimento, incorporamos a ele elementos que o definem de acordo com pré-supostos anteriores, buscamos em nosso contexto mental elementos que já foram apresentados e que, quando adicionados a outros, são acomodados e assimilados formando a idéia do que vem a ser o “tipo negro”, como se todos fossem iguais⁶.

Todas as mensagens subliminares gravadas em nossa mente, quando reunidas formam uma caracterização estereotipada do que seria o negro. Desta forma a população atende então aos objetivos de uma minoria dominante que pretende manter fora do contexto social, o *outro*.

Sutilezas são apresentadas à população, na forma de propaganda enquanto metáforas que absorvem mecanicamente tais mensagens sem refletir sobre seu verdadeiro significado, tratados de forma uniforme, reduzidos a uma unidade que não existe.

Essa forma metafórica de preconceito só é concretizada quando utilizado e entendido entre os seres que compartilham o mesmo conhecimento. Utilizamos-nos dele muitas vezes sem dar conta do seu verdadeiro significado destrutivo. Esta metáfora pode se apresentar de forma real ou simbólica, pois como se trata de uma subversão das regras lingüísticas, já pressupõe um construtor e um desconstrutor, o qual possui conhecimento da língua e cultura da qual faz parte (SONTAG, 2002). Só assim a metáfora pode ser entendida com o seu real significado, para então ser relacionada com elementos anteriores que fazem parte de nossa construção social. São identificados, decodificados, assimilados e entendidos em sua essência, solidificando os preconceitos existentes.

⁵ Desprezando toda e qualquer diferença que a raça apresenta física e culturalmente. Desta forma padronizou-se o negro por uma única tribo vinda da África e que apresenta tais características físicas menos delicadas. Esta padronização faz parte de medidas que se destinam a descaracterizar e enfraquecer o negro de forma que não consegue identificar-se com o seu semelhante de mesma raça, inculcando de forma sutil o padrão branco de beleza no qual o negro não faz parte, mas que ao se misturar poderá produzir seres semelhantes aos brancos de forma a aprimorar a raça. O mais lamentável de tudo, é que este ao se sentir pressionado por toda uma sociedade cede e passa a desprezar sua cultura e suas raízes acreditando que a mistura o eleve no status social deixando de ser negro. Entretanto o branco buscaria na sua alma e no seu sangue a sua verdadeira descendência relegando a uma sub condição.

⁶ Essa prática de uniformizar os negros vem desde os tempos da colonização quando trazidos sob a forma de escravos, eram considerados como peças, portanto iguais em todos os sentidos, desprezando as diferenças culturais existentes, bem como as diferenças físicas sendo simplesmente considerados como negros.

No caso da propaganda, a metáfora, que é um elemento amplamente utilizado para compreensão nacional (pois suprime palavras através de um único gesto), acarreta a formação de conceitos. Tanto a propaganda escrita quanto a verbalizada abrangem elementos que reproduzam o pensamento deixando implícito o significado dos elementos a serem incorporados pela população. No caso dos registros escritos a transcrição pode ser sob a forma (imaginária), na qual a interpretação dependerá dos elementos que fazem parte da nossa formação.

Dentre os elementos formadores da personalidade brasileira, a metáfora (inserida na língua), representa a identidade cultural do povo. As metáforas são formas singulares de expressão cultural embutidas no cotidiano. São formas singulares de expressão e que exigem um grau avançado de percepção e abstração.

A forma com que elaboramos nossa construção mental interfere na realidade e essa construção está diretamente relacionada com a intervenção de quem constrói os símbolos. Dentro dessa construção cultural a metáfora se insere na singularidade da expressão, e assim formamos os nossos conceitos culturais.

Novas roupagens nos apresentam, porém o outro continua sendo sempre aquele que se apresenta como diferente e que, portanto se torna uma ameaça ao grupo que a que pretende ascender ou ao que está no poder.

Bibliografia

AZEVEDO, Aluizio. O Mulato. 5ª edição. Rio de Janeiro: Livraria Garnier, s.d.

CARNEIRO, Glauco. O Poder da Misericórdia: a Santa Casa na história da São Paulo. São Paulo: Press Gráfico, 1986.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. O Sangue como Metáfora: do anti-semitismo tradicional ao anti-semitismo moderno. *Ensaio Sobre Intolerância, Inquisição, Marranismo e Anti-semitismo*. São Paulo: HUMANITAS, 2002.

COLEÇÃO DE DOCUMENTOS. Congresso Agrícola de 12 de junho de 1878. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1878.

COSTA, Emilia Viotti. Da Senzala à Colônia. 3ª edição. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989.

DAVIS, Claudia e OLIVEIRA, Zilma de. *Psicologia na Educação*. 2ª edição. São Paulo: Editora Cortez, 1994.

DELL'ISOLLA, Regina Lúcia Péret. *A Metáfora e seu Contexto Cultural. Metáforas do Cotidiano*. Belo Horizonte: UFMG, 1998.

FARIA, Sheila de Castro. *A Colônia em Movimento. Fortuna e família no cotidiano colonial*. 2ª impressão. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

FREYRE, Gilberto. *Sobrados e Mucambos: decadência do patriarca rural e desenvolvimento urbano*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1951.

LEI DOS SEXAGENÁRIOS. 28 de Setembro de 1885.

LENHARO, Alcir. *Corpo e Alma : mutações do poder no Brasil dos anos 30 e 40*. Tese de Doutorado. São Paulo: USP, 1985.

MUNANGA, Kabengele. *Racismo: Perspectivas para um estudo contextualizado da sociedade brasileira. Estudos e Pesquisas*. Fascículo 4. Rio de Janeiro, EDUFF:1998.

NABUCO, Joaquim. *O Abolicionista*. Fundação Joaquim Nabuco. Recife: Editora Massangana, 1988.

PAIVA, Vera Lúcia Menezes de Oliveira e. *Metáforas Negras. Metáforas do Cotidiano*. Belo Horizonte: UFMG, 1998.

ROLNIK, Raquel. *Territórios Negros nas Cidades Brasileiras (etnicidade e cidade em São Paulo e no Rio de Janeiro)*. *Estudos Afro-asiáticos*. Rio de Janeiro, N. 17, 1989.

_____. *Cada um no se Lugar! (São Paulo, início da industrialização: geografia e poder)*. Dissertação de Mestrado

_____. *A Cidade e a Lei – Legislação, política urbana e territórios de São Paulo*. São Paulo: Studio Nobel, 1997.

SANTOS, Gislene Aparecida dos. *A Invenção do Ser Negro: um discurso das idéias que naturalizaram a inferioridade dos negros*. Rio de Janeiro: Pallas, 2002.

SONTAG, Susan. *A Doença como Metáfora*. Tradução de Márcio Ramalho. Rio de Janeiro: Graal, 2002.

Artigo recebido em 29/10/2006

Artigo aprovado em 07/12/2006